

# INTERCULTURALISMO NA ESCOLA: diálogo e aprendizado

Cintia Iribarrem Longarai

Tutora Externa: Gessi Silveira Carvalho

Professor: Celio Antonio Sardagna

Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI

Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (LED0166) – Prática Módulo III

28/06/2013

## RESUMO

*O presente estudo visa a promover a reflexão acerca da necessidade de a escola desenvolver ações voltadas à perspectiva intercultural, como forma de percebê-la como parte integrante da formação do aluno. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica acerca do tema, envolvendo o entendimento da escola como espaço de diversidade cultural e lócus social, bem como a necessidade da valorização da diversidade linguística e das manifestações folclóricas. Abordou-se também o diálogo intercultural que a escola precisa promover, com vistas a permitir a livre expressão da cultura popular, numa ótica conectada com a cultura escolar, enfatizando que a diversidade cultural promove ensino e aprendizado. Com isso, entende-se que o diálogo intercultural é necessário no ambiente escolar, haja vista a sua importância para a formação do aluno como um ser humano dotado de capacidade reflexiva e capaz de aceitar o outro, livre de preconceitos, para a construção de uma sociedade mais igualitária.*

**Palavras-chave:** Diversidade. Escola. Manifestações culturais.

## 1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da educação intercultural vem tomando cada vez mais espaço, na medida em que as diversas culturas, neste caso específico, culturas brasileiras, exigem seu direito para se manifestarem na sociedade. Em um país de dimensões continentais, nada mais natural do que a diversidade, seja ela étnica, econômica, social e, como resultado, cultural, faça parte de seu contexto. Negar isso é negar a identidade de um povo e perpetuar a exclusão e a discriminação, tão abominadas pelos estudiosos desse tema.

Nessa perspectiva, a escola aparece como um dos elementos em que a diversidade passa a ser discutida, vivenciada e refletida, de maneira a promover a livre manifestação,

bem como a troca de experiências entre as culturas. Ao assumir sua vocação de instituição em que as culturas se encontram e interagem, a escola precisa trabalhar como o espaço para a livre manifestação do aluno, num ambiente de respeito, ética e valorização à diversidade.

Sendo assim, o presente estudo tem por escopo promover a reflexão acerca da necessidade que a escola tem de desenvolver ações voltadas à perspectiva intercultural, como forma de percebê-la como parte integrante da formação do aluno. Entende-se que a reflexão é o caminho mais produtivo, no sentido de discutir questões que não podem ser ignoradas pela escola. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica acerca do interculturalismo, envolvendo o entendimento da escola como espaço de diversidade

cultural e *lócus* social, além de ser local, por excelência, da valorização da diversidade linguística e das manifestações folclóricas. Abordou-se também a relevância do diálogo intercultural que a escola precisa promover, com vistas a permitir a livre expressão da cultura popular, numa ótica conectada com a cultura escolar, enfatizando que a diversidade cultural promove ensino e aprendizado.

A partir disso, entende-se que a escola que pauta seu trabalho com vistas à valorização das diferentes culturas e do diálogo intercultural tende a ir ao encontro do anseio de uma nação que vê nos seus filhos a sua identidade. Além disso, é sabido que um povo que valoriza suas culturas é um povo que valoriza o ser humano, acima de tudo.

## 2 ESCOLA COMO ESPAÇO DE DIVERSIDADE CULTURAL

A escola abriga diferentes manifestações culturais. Conviver com estas manifestações em um clima harmonioso é tarefa bastante difícil, haja vista a imensa pluralidade cultural brasileira e o preconceito que a ela se impõe. Não obstante, é preciso trabalhar de maneira a fazer desta pluralidade motivo para reflexão e debate, num sentido problematizador. No que se refere às diferentes manifestações culturais que ocorrem no interior da escola, poder-se-ia considerar que

[...] a educação intercultural coloca o outro no centro das relações. Encoraja um questionamento permanente dos preconceitos e do que consideramos como adquirido, bem como uma abertura constante face ao desconhecido e incompreendido. Num processo de interação e de descoberta mútua, qualquer ser humano se pode realizar – pessoalmente, socialmente e globalmente. A relação educativa visa ajudar o aluno a ter responsabilidades com a finalidade de lhe permitir agir ativamente na sociedade. (GUEDES, 2001, p. 33).

Nesse sentido, o conhecimento da

cultura do outro permite o crescimento de todos os envolvidos no fazer pedagógico no seio da escola. Por isso, tem-se a escola como um ambiente plural, no sentido de que interagem diferentes culturas, trocando ideias, experiências, estimulando a análise crítica por parte de quem ali convive.

Com isso, ampliam-se os horizontes das pessoas, as quais tendem, *a priori*, a não aceitar o diferente, sendo este visto como ameaça aos padrões estabelecidos no ambiente familiar, no qual a formação humana é iniciada. Nesse sentido, a escola que conduz suas ações com vistas a levar o aluno a aceitar toda e qualquer manifestação diversa da sua cultura como algo enriquecedor e passível de reflexão, por certo, cumpre seu papel de valorização da diversidade, tema tão debatido no meio acadêmico atual. Acerca disso, asseveram Sá e Cortez (s/d) que a educação que toma como base as questões interculturais passa a ser vista como uma maneira inovadora de pensar, produzir e questionar as relações de aprendizagem. Ela pauta, sim, o seu fazer no valor existente dentro de cada cultura, buscando, por conseguinte, o respeito mútuo entre os diversos grupos, de maneira a buscar a contribuição de cada um para a construção do todo nesses grupos.

Ao tomar consciência de que sua cultura não é única, nem melhor ou pior do que as demais, o aluno passa a refletir sobre outros contextos, os quais passam a se entrelaçar uns com os outros, de forma intercultural, e melhor do que isso, vendo-se como diferente em relação ao outro e, ao mesmo tempo, como igual. Diga-se que isso é enriquecedor, na medida em que se pode perceber que diferentes culturas, saberes, línguas, falares podem conviver e enriquecer-se mutuamente.

Negar a possibilidade de refletir sobre diferentes contextos culturais por parte da escola é ignorar a diversidade e reforçar as diferenças sociais bastante fortes na cultura

brasileira. Cabe ao educador comprometido com sua função proporcionar momentos em que a problematização acerca da diversidade cultural se estabeleça, com vistas a minimizar concepções discriminatórias e equivocadas sobre o assunto em questão. No que concerne à convivência das diferentes culturas no meio escolar, Candau (2008) explica que

[...] a perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural. Uma educação capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas.

Vê-se, então que o trabalho do professor, da escola como um todo, o fazer pedagógico, portanto, deveria dirigir seu olhar para as diferenças sim, mas no sentido de sua superação. Melhor do que isso, para a convivência com as diferenças, de modo que estas contribuam para o enriquecimento do grupo. Seria, enfim, o diferente sendo integrado, tornando-se homogêneo.

Desta forma, seria produtora um trabalho pedagógico voltado a uma práxis baseada no diálogo entre as culturas, sem privilégios a uma ou outra, mas com a valorização de todos, independentemente de fator cultural. Se o que se espera do aluno ao sair da escola é que ele saiba viver e conviver em grupo, seria conveniente proporcionar-lhe situações no ambiente escolar em que a diversidade se manifestasse, de modo que ele tivesse momentos oportunos para colocar em prática valores como interculturalidade, as diferenças, e com estas, boa convivência, sem ver diferenças. E nisto valem as palavras de Santos (2003, p. 33), quando mostra que “[...] no reconhecimento da diferença e no direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum para além das diferenças de vários tipos”, faz-se presente a construção da cidadania, de modo que se reduzam as desigualdades sociais.

### 3 ESCOLA COMO LÓCUS SOCIAL

A sociedade não é algo estático; ao contrário, está em constante modificação, já que o ser humano que a constitui também é passível de mudanças. Nesse sentido, como componente da sociedade (já que é uma instituição social), a escola também se modifica. Esta se molda constantemente, segundo a dinâmica do homem e da sociedade. E aqui seria importante que se fizesse eco às palavras de Meinerz e Caregnato (2011, p. 44):

A escola é uma invenção da humanidade, uma instituição social, histórica e civilizatória com pretensão universal, e deve ser compreendida através das especificidades de cada contexto em que se desenvolve também como prática cultural. Isso quer dizer que ela também é reinventada socialmente para atender às demandas da dinamicidade que corresponde à vida em sociedade.

Poder-se-ia, então, compreender o espaço escolar como um lugar que existe para atender às necessidades do homem e da sociedade, mais do que isso, à vida do homem na sociedade em que este se insere. Já que a sociedade é algo passível de constantes modificações, a escola também se modifica conforme a sociedade e o homem dentro dessa sociedade. Se a história, a economia, as ideias estão em constante movimento, a escola não poderia parar no tempo.

É evidente que a escola, ao reproduzir o modelo social de uma elite dominante, acaba excluindo aqueles que não estão dentro dos padrões considerados adequados à sociedade. Em que pese o acesso ao ensino formal, hoje ampliado, ainda persiste uma ideia velada de que a escola não é para todos. O professor, ao desenvolver seu trabalho, o permeia pela sua subjetividade. Freire (1987) já dizia ser a educação um ato político, além de destacar a necessidade de o educador conscientizar o educando como um ser capaz de transformar a sociedade.

Vê-se, assim, que, seria importante que se ampliasse:

[...] ampliar a afirmação de caráter público da educação e, ao mesmo tempo, cumprir a função da educação que não privilegie os títulos escolares, mas trabalhe a partir de contextos com os conhecimentos formais, exercitando uma formação de base necessária para o indivíduo enfrentar os desafios da sociedade, paralelamente ao desenvolvimento de sua capacidade crítica. (MEINERZ; CAREGNATO, 2011, p. 59).

Assim, haveria que se reconhecer que cada pessoa, mesmo antes de entrar na escola, traz consigo uma bagagem cultural construída em sua história de vida, a qual não pode ser deixada de fora dos bancos escolares. Todas as manifestações do aluno estão intimamente vinculadas ao seu processo constante de construção humana, e isso precisa ser reconhecido pela escola, para que esta colabore com a formação daquele. Cada história denota a imensa diversidade cultural humana, que precisa ser respeitada, a fim de que as pessoas tenham na escola um espaço social de troca de saberes, e não de perda de identidade.

Muito importante, para o cumprimento dessa função, seria a escola proporcionar uma educação mais contextualizada, ou seja, mais ligada às vivências do aluno, de modo que lhe seja proporcionada reflexão sobre a sociedade que se tem e, ao mesmo tempo, a que se poderia construir. Tal aspecto vem calhar com o que expõe Silva (2004, p. 77), ao sugerir que “[...] uma teorização crítica da educação não pode deixar de se perguntar qual o papel da escola no processo de reprodução cultural e social.” Tal proposição vai ao encontro da questão intercultural, na medida em que a própria escola pode efetuar o seu trabalho, voltando-se também à integração da diversidade cultural, a qual está presente nas próprias salas de aula, ou melhor, a partir dos alunos.

Ao refletir sobre como a diversidade

se manifesta, sobre o que é possível fazer para reverter situações discriminatórias, a escola forma indivíduos mais tolerantes e capazes de valorizar as culturas, sem considerá-las expressão de inferioridade ou motivo para discriminações. Trata-se de dar ferramentas para o aluno viver em sociedade, “[...] no sentido de reconhecer a diversidade que a constitui, bem como as possibilidades de convivência e de relações interculturais organizadas na valorização das trocas públicas.” (MEINERZ; CAREGNATO, 2011, p. 58). É a escola cumprindo seu papel, enquanto *lócus* social, portanto, formadora de consciência crítica.

#### 4 DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Na escola, a diversidade cultural se traduz também nas diversas maneiras de falar, ou melhor, os modos diferentes de se expressar pela fala que cada aluno traz. Compreende-se, então, que as diferenças individuais tornam-se fator de enriquecimento da coletividade, na medida em que estas são respeitadas e integradas pela coletividade. São as diferenças que unem e não que contribuem para separações. Diante disso, a comunidade escolar,

[...] além de assumir a diversidade cultural como um fator de enriquecimento, deve igualmente proporcionar o conhecimento e o diálogo de cada cultura consigo própria e com as outras culturas, no sentido de preparar os indivíduos para uma atitude social mais justa e fraterna. (RESTE; ANÇÃ, 2011, p. 134).

A imensa diversidade linguística existente no Brasil é motivo para reflexões por parte do professor, no sentido de que seu trabalho seja conduzido de maneira a mediar a aprendizagem de seus alunos, sem desrespeito à sua bagagem cultural. Nessa ótica, teoria e prática não poderiam divergir. Ao discursar a valorização às culturas, o professor deveria nortear suas ações pedagógicas de maneira a possibilitar que elas se manifestem em sala de aula, com vistas ao diálogo intercultural. A esse

respeito, concorda-se com Marcos Bagno (2011), quando este mostra que

[...] defender o respeito à variedade linguística dos estudantes não significa que não cabe à escola introduzi-los ao mundo da cultura letrada e aos discursos que ela aciona. Cabe à escola ensinar aos alunos o que eles não sabem! Parece óbvio, mas é preciso repetir isso a todo momento.

Assim sendo, as variações linguísticas manifestadas no convívio escolar passam a ser trabalhadas em um contexto reflexivo. Negar o direito de o aluno se manifestar conforme sua bagagem cultural, enfatizando o uso de apenas uma norma, a culta, seria negar a identidade construída por ele, mesmo antes da entrada no universo escolar. A variedade dos falares, principalmente num contexto brasileiro não é uma novidade, ou algo estranho, pois “[...] qualquer falante sabe intuitivamente que há uma diversidade de ‘modos de falar e de escrever’, de gêneros, de tipos textuais, de formatações discursivas que coíbe, interpõe restrições a seu potencial de fala”. (BELINTANE, 2000, p. 62). Nessa perspectiva, muito além de conhecer a norma culta, o aluno precisa sair da escola sabendo pensar de forma autônoma, e isto já é sabido, não depende da linguagem por ele utilizada.

Entretanto, também é notório que a correção linguística é exigida pela sociedade, como expressão de saber científico, principalmente quando se trata de situações de formalidade. Nesse caso, como mostram Souza e Pautz (2007),

[...] faz-se necessário o ensino da forma para enriquecer e contribuir com o desenvolvimento cognitivo do educando, bem como ampliar o seu léxico, porém não se deve impor bruscamente o padrão sob pena de continuar promovendo, na sociedade, o complexo de incompetência linguística, que gera alienação. Seria necessário ao professor falante da forma culta se familiarizar com a nova realidade escolar, conduzindo o aluno a alternar fala familiar com a norma culta, em função das situações de interação verbal.

Ações conduzidas nessa perspectiva passam a considerar não só uma variedade linguística como correta, já que levam em conta tendências culturais embasadas em contextos econômicos, sociais e étnicos, por exemplo. O uso de linguagens ditas “não cultas”, porém compreensíveis e amplamente utilizadas, não significa falta de aptidão para o aprendizado, ao contrário, o professor que consegue entender o aluno como um ser pensante, independente da maneira como ele se manifesta verbal e ortograficamente, por certo está transmitindo confiança para que esse aluno se manifeste sem receios de estar “certo” ou “errado”. Ele estaria, sim, reconhecendo que as culturas precisam ser expostas e respeitadas na sala de aula, pois, nas palavras de Dubet (2001, p. 18), “[...] o tema do respeito é necessariamente indexado às particularidades individuais, naturais ou reivindicadas, exigindo o reconhecimento de características e de experiências específicas.” Depreende-se, então, que, tanto no ambiente escolar como na sociedade de um modo geral, cada indivíduo é diferente, e deveria ser aceito nas suas particularidades e, acima de tudo, respeitado. Ao ser diferente culturalmente, subjazem qualidades e experiências que podem enriquecer o grande grupo, na medida da boa convivência, da aceitação do outro e das interações interpessoais.

## 5 DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA – MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS

O folclore brasileiro é riquíssimo, dada a imensidão do território. Cada região geográfica tem consigo um conjunto de tradições, as quais adentram o ambiente escolar de maneira cotidiana. Seja uma crença, um ditado popular, uma brincadeira infantil, ou mesmo a forma peculiar de falar comum a uma dada região, o fato é que todas estas manifestações fazem parte da vida escolar, não podendo ser ignoradas pela escola. Acerca disso, é oportuno recordar-se o que expõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 28), acerca da pluralidade cultural:

Brasil é fruto de um longo processo histórico de interação entre aspectos políticos e econômicos, nos planos nacional e internacional. Esse processo apresenta-se como uma construção cultural brasileira altamente complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais. Coexistem aqui culturas singulares, ligadas a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais.

Em que pese certa facilidade, atualmente, em conhecer costumes, crenças e tradições populares de outras regiões, é preciso ainda que a escola valorize a cultura da região em que está inserida sua comunidade, como forma de refletir sobre esta e entender o público a que atende. Não se trata de minimizar outras culturas, e sim de trazer para o contexto da sala de aula assuntos cotidianos, para que sejam incluídos nos debates escolares e contrastados com assuntos não tão corriqueiros, porém não menos importantes.

Além disso, ao valorizar sua cultura, o aluno fortalece sua identidade, passando a conhecer outras realidades, sempre numa perspectiva de respeito ao que não lhe é peculiar. Significa amar sua gente, sem deixar de reconhecer que há outros mundos diversos do seu, os quais também serão conhecidos ao longo dos estudos escolares, e mesmo da própria vida futura. Conforme mostra Cintra (2009, p. 29), “[...] quanto mais diferentes forem os indivíduos, mais visões, mais olhares, mais riqueza poderão transmitir uns aos outros, desde que tudo isso seja permeado pela ética do respeito mútuo, da solidariedade e da dignidade”.

Um exemplo de valorização da cultura regional seria um trabalho da escola voltado para as cantigas e brincadeiras de roda. A modernidade trouxe muitas vantagens, todavia também acabou suprimindo muito da simplicidade expressa nessas brincadeiras folclóricas. As crianças de hoje estão inseridas

nas tecnologias de informação (deixe-se, porém, esta questão específica para um momento oportuno, o que requer estudos mais aprofundados), os jogos nos aparelhos celulares, os *games* no computador ou outros aparelhos “amarram” as crianças e os jovens dentro de casa, deixando no esquecimento atividades lúdicas e fortalecedoras da cultura popular. De acordo com Teixeira (s/d), ao tratar-se de questões inerentes à sabedoria popular, a exemplo das tradições, das superstições, das cantigas, se é colocado diante de um material muito rico no que concerne ao conhecimento da diversidade cultural, da evolução da cultura do outro ou de determinado grupo social.

Isto posto, poder-se-ia considerar que, se a escola realizasse um trabalho de resgate das brincadeiras populares, por exemplo, entre outros aspectos, quem ganharia seriam os alunos, que passariam a entender sua realidade, seus costumes e crenças, suas tradições, enfim, sua cultura. A partir desse resgate, seria possível abrir um leque de informações sobre as características regionais de uma dada comunidade, para conhecer novas culturas. São muitas opções a serem abordadas, todas elas num clima de respeito à diversidade e valorização dos costumes regionais. Na acepção de Brandão (2009, p. 719), pode-se perceber que as culturas são concebidas como

[...] painelas de barro ou de alumínio, mas também receitas de culinária e sistemas sociais indicando como as pessoas de um grupo devem proceder quando comem. São vestimentas de palha ou de pano acompanhadas de preceitos e princípios sobre modos de se vestir em diferentes situações sociais e rituais. São mapas simbólicos que guiam participantes de um mundo social entre seus espaços e momentos. Nossos corpos, atos e gestos são visíveis como expressões de nossos comportamentos. Mas o sentido do que fazemos ao agir em interações com nossos outros somente é compreensível mediante as culturas de que fazemos parte. Uma pessoa qualquer, em seu ser culturalmente socializado, mesmo na infância, é, na qualidade de um ator social

e de um autor cultural, uma experiência tornada individual da realização de uma cultura, ou de um entretecer de culturas.

Assim, cada pessoa na sociedade, e cada aluno dentro dos muros da escola, é um ser diferente, carregado de uma bagagem cultural, que é externada nos seus atos, falas, brincadeiras, vestuário, alimentação. Esses elementos que ele carrega consigo contribuem para o conhecimento, o enriquecimento dos outros, com os quais se relaciona. É o folclore individual contribuindo para a riqueza cultural da coletividade.

Sem dúvida, discutir a cultura popular dentro das salas de aula constitui-se um trabalho de reflexão sobre o folclore regional, para ampliação de conhecimentos sobre as diversas culturas que compõem o povo brasileiro. Tudo isso resultará num diálogo entre as culturas, como forma de conhecer e respeitar todo o povo brasileiro.

## 6 CULTURA ESCOLAR *VERSUS* CULTURA POPULAR

O que é certo e o que é errado no ambiente escolar? Há um parâmetro a ser seguido em todas as escolas brasileiras? É certo considerar uma norma culta como universal para a população brasileira? É errado aceitar a diversidade cultural e suas representações, como manifestação de saberes? Questões como as propostas, aprofundadas, renderiam um bom debate, certamente com grande proveito para a construção de uma escola que trabalhe em prol do aluno como alguém capaz de construir conhecimento e, com isso, autonomia. Diante do exposto, poder-se-ia pensar que

[...] a escola, ao assumir-se como espaço de integração e gestão da diversidade sociocultural, deve igualmente promover a vigilância do fenômeno do racismo institucional que atravessa certas instituições sem que nenhum dos seus membros o assumisse pessoalmente de modo explícito e consciente, sendo hoje em dia mais predominantes as formas veladas de racismo do que as suas

expressões flagrantes. (RESTE; ANÇÃ, 2011, p. 34)

Assim, percebe-se ainda em nossos dias, no interior da escola, a ocorrência do racismo, ou também da preferência dos professores para trabalhar com determinada etnia. Trata-se, nesta prática, de uma das formas de racismo praticado às escondidas. Além das questões relativas ao racismo, o mesmo ocorre com preferência por uma ou outra cultura, o também dito etnocentrismo.

A divergência entre a cultura preconizada na escola e a cultura trazida pelos alunos refere-se à ideia de que alguns educadores ainda têm a respeito do ensino nos bancos escolares. Infelizmente, ainda prevalece o pensamento de que é preciso educar alunos para que estes se submetam ao que lhes é imposto, em nome dos interesses de uma minoria dominante que insiste em ignorar o clamor popular pela livre manifestação cultural. Na concepção de Serpa (2012, p. 19), “[...] no momento em que são confrontadas com a cultura escolar, as crianças, independentemente dos conhecimentos que possuam, são diagnosticadas pela distância entre a sua cultura e o tipo de cultura letrada representada pela escola”. Nisto vê-se que a bagagem cultural anterior ao período escolar da criança é deixada de lado por muitas escolas, ou grande parte dos professores, como se o valor desta inexistisse.

Com efeito, é preciso muito cuidado por parte dos professores, no sentido de não desvalorizar a bagagem cultural que o aluno traz de casa. Sua história construída desde o nascimento, inevitavelmente, norteará suas ações, e tais ações têm base em um contexto sociocultural do qual a escola, *a priori*, não participou, haja vista que a criança não nasce dentro dela, e sim em um outro grupo social, via de regra, a família.

Assim sendo, não se pode aceitar que seja instalada uma competição entre a cultura escolar e a cultura popular. É

necessário que ambas sejam interligadas, num enfoque intercultural, de maneira a não minimizar uma em favor de outra, pois as duas são formadoras da história de vida dos alunos, cada uma em suas particularidades e em momentos específicos, nenhuma delas dispensável na formação humana.

Quando a escola promove a liberdade de manifestações culturais e, a partir destas, o debate sobre a relevância de cada cultura para a construção e a aceitação de todos enquanto seres humanos acima de tudo, ganha o aluno, que aprende a conviver com outras culturas; ganha a escola, que cumpre seu papel de mediar o diálogo intercultural; e ganha a sociedade, que passa a perceber a riqueza que é a diversidade para a valorização das culturas.

## **7 APRENDER E ENSINAR COM A DIVERSIDADE CULTURAL**

Durante muitos anos, confiou-se à escola a função de cumular as crianças de saberes. Ao mesmo tempo, atribuiu-se ao professor o papel de ser o transmissor dos conhecimentos, já que este, supostamente, era o detentor do saber. Porém, com o advento de algumas teorias educacionais, a escola passou a ter outros papéis, além de ser a detentora dos saberes, a exemplo da reflexão acerca do seu papel social. E nisto concorda-se com Souza e Pautz (2007), quando estes asseveram que,

[...] devido a constantes inovações, a escola está deixando de ser apenas o local onde se acumulam conhecimentos, que tem no professor o depositário da sabedoria e no estudo, um fim em si mesmo. A escola passou a ser um ambiente voltado à reflexão e o educador passou a atuar como mediador da aprendizagem, sabendo respeitar e interagir com as diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas do educando. A sociedade está cada vez mais exigente, então não basta seguir rigidamente as normas linguísticas, sem deixar espaço para o desenvolvimento do educando como ser crítico, capaz de

expressar suas ideias e lutar pelos seus ideais.

Disto depreende-se que a reflexão crítica sobre o papel da escola vem sendo aprofundada ao longo das transformações pelas quais a sociedade vem passando. O que se esperava da escola de ontem não mais cabe à escola de hoje.

É sabido, por isso, que, nos dias atuais, faz-se mister ampliar a visão do espaço escolar, para que este passe a ser entendido e vivenciado como espaço de trocas culturais, em que se ensina e se aprende. É o interculturalismo sendo posto em prática. Nas palavras de Candau (2008, p. 78), “[...] a perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade”. Nisto percebe-se que a escola poderia servir de elo para a construção da sociedade que se espera: aquela que se encaixe na perspectiva da aceitação da diversidade cultural, de modo que cada um, com sua carga cultural, seja contribuidor para o enriquecimento cultural do outro.

Tal perspectiva passa a considerar que a relação entre as práticas escolares e as culturas é imprescindível, haja vista a necessidade que uma tem da outra, para a formação humana e o entendimento das pessoas num contexto histórico. Com vistas à formação do aluno como um ser social, capaz de transformar a sociedade em que vive, através do diálogo problematizador (FREIRE, 1987), é necessário que a escola promova a discussão sobre como as culturas foram sendo construídas, sobre peculiaridades regionais que permeiam costumes e tradições de dada comunidade. Dessa forma, o aluno aprende que sua cultura não é única, nem melhor ou pior do que outras culturas, apenas diversa e particular. A esse respeito, importante considerar-se as palavras de Moreira e Candau (2005, p. 43), os quais asseveram o valor da educação, quando esta se liga intimamente aos fatores culturais:

Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. A reflexão sobre esta temática é co-extensiva ao próprio desenvolvimento do pensamento pedagógico. Não se pode conceber uma experiência pedagógica “desculturizada”, em que a referência cultural não esteja presente. A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados.

A ligação cultura e educação permite que o aluno passe também a aceitar manifestações de outras culturas, aprende a valorizar o outro, a dialogar com o outro, a conviver. Enfim, aprende a ser humano e crítico, despido de preconceitos e atitudes discriminatórias. O diálogo intercultural leva o aluno a aprender e ensinar que é possível conviver com a diversidade, de maneira respeitosa e ética.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações culturais fazem parte do cotidiano brasileiro e, por esse motivo, dos bancos escolares. Negar ao aluno o direito de se expressar seria ignorar sua bagagem cultural, a qual é determinante de suas ações. A cultura permeia o passado, o presente e o futuro. Por isso, é quase impossível fortalecer a identidade de um povo sem valorizar sua cultura.

A reflexão proposta neste estudo não se esgota aqui, haja vista a vastidão do assunto, bem como a diversidade cultural brasileira. Não obstante, a pesquisa bibliográfica demonstrou que é possível à escola realizar um trabalho voltado para a valorização das culturas, numa perspectiva interculturalista. Enquanto espaço em que a diversidade cultural aparece de maneira mais contundente, a escola precisa reconhecê-la e promover a manifestação das culturas,

através de uma discussão ética e respeitosa. Nenhuma cultura é superior ou inferior à outra, apenas são próprias de cada grupo social. E é neste ponto que a escola, entendida como *lócus* social, não pode ignorar uma dada cultura em favor de outra, ao contrário, precisa levar seus alunos a interagirem com as diversas manifestações, sejam linguísticas, folclóricas, religiosas ou quaisquer outros modos de expressão que se apresentem no seu ambiente.

O diálogo intercultural, focado na valorização à diversidade, se mostra como o grande elo capaz de fazer com que as pessoas se respeitem e sejam entendidas como reveladoras de sua bagagem cultural. O falar diferente, a cor da pele, os costumes regionais, tudo o que revele a história de vida de uma pessoa precisa ser valorizado como marco da identidade desta pessoa, razão pela qual a escola não pode desvincular seu contexto do contexto que o aluno traz de casa. Valorizado pela sua cultura, ele poderá fazer parte e construir a cultura escolar. A conexão entre cultura popular e cultura escolar precisa ser ética e respeitosa, de maneira a formar um aluno completo, que aprende na escola, sem esquecer o que aprendeu fora dela, isto é, considerando sua historicidade, suas vivências, como parte da sua realidade.

Portanto, o diálogo intercultural é necessário para a formação do aluno como um ser capaz de refletir e aceitar o outro, despido de preconceitos, humano, no verdadeiro sentido da palavra. Cabe à escola contribuir para tornar este aluno o ser humano mencionado, a fim de que a sociedade passe a ser mais igualitária e menos discriminatória. Para isso, a valorização das culturas é fundamental.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Variação linguística: polêmica ou ignorância? In: **Carta capital**. 17 maio 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/polemica-ou-ignorancia/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BELINTANE, Claudemir. Linguagem oral na escola em tempo de redes. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 26, n. 1, jan. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-7022000000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-7022000000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 8 abr. 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 39, n. 138, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742009000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 8 abr. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural, orientação educacional. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, abr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782008000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

CINTRA, Lisiene Maria Carbonell. A história de ontem na história de hoje. **Pátio Revista Pedagógica**. Porto Alegre, Ano XII, n. 48, jan. 2009.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 17, maio/jun./jul./ago. 2001. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde17/rbde17\\_03\\_francois\\_dubet.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde17/rbde17_03_francois_dubet.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUEDES, Maria de Jesus Cascão. A propósito de educação intercultural... In: MARTINELLI, Sílvio. DUSSAP, Anne. **Mochila pedagógica T-Kit N° 4**. União Europeia: Publicações Humanas, 2001. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/128167369/APRENDIZAGEM-INTERCULTURAL-UE-2001>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

MEINERZ, Carla Beatriz; CAREGNATO, Célia Elizabete. Educação e processos de escolarização no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 49, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/viewFile/75/92>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos. In: FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (Orgs.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

RESTE, Carmen Rodrigues; ANÇÃ, Maria Helena. Gostar da pessoa pelo que ela tem dentro... relações de convivência entre alunos autóctones e alunos estrangeiros. **Indagatio Didactica**, Portugal, 3 mar. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/ID/article/view/917/851>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

SÁ, Maria José Ribeiro de. CORTEZ, Daniela de Souza. **Desafios contemporâneos ao trabalho docente**: mediações de saberes multi/interculturais no cotidiano educativo. Disponível em: <<http://www.sbec.org.br/evt2012/trab38.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

SANTOS, Boaventura Souza. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo, conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.

26, n. 1, maio/agosto, 2003.

SERPA, Andréa. Ensinar tudo a todos é possível? **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, n. 104, mar./abr. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Antonio Escandiel de; PAUTZ, Sílvia. A diversidade linguística no contexto escolar. **Revista Linguagem e Cidadania**, Santa Maria, Ano 9, n. 1, jan./jun. 2007.

Disponível em:

<[http://jararaca.ufsm.br/websites/l&c/download/Artigos/07\\_L&C\\_1S/L&C1s07\\_Antonio.pdf](http://jararaca.ufsm.br/websites/l&c/download/Artigos/07_L&C_1S/L&C1s07_Antonio.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2013.

TEIXEIRA, Fausto. **Reflexões sobre o folclore**. Disponível em: <<http://www.jangadabrasil.org/temas/2011/11/14/reflexoes-sobre-o-folclore/>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

